



Comunicado de Imprensa n.º 13/231
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
24 de Junho de 2013

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI concluiu sexta avaliação do acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e aprova novo PSI de três anos

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a sexta e última avaliação do acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) e aprovou um novo PSI de três anos. Para o efeito, o Conselho tomou nota da decisão do país de cancelar o actual PSI, cujo término estava previsto para 31 de Julho de 2013 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 10/242](#)). Ao concluir a avaliação, o Conselho concedeu dispensas do cumprimento dos critérios de avaliação para o final de Dezembro de 2012 relativos ao stock da base monetária e ao crédito líquido do sistema bancário ao governo central.

O PSI foi concebido tendo em mente países de baixo rendimento que talvez não necessitem ou não tencionem recorrer à assistência financeira do FMI, mas, ainda assim, tenham interesse em beneficiar dos serviços prestados pela instituição em matéria de aconselhamento, monitoria e endosso das políticas (ver [Nota de Informação ao Público n.º 05/145](#)).

O PSI de Moçambique visa a manutenção da estabilidade macroeconómica e a redução da pobreza através da capacitação institucional em matéria de gestão económica; a melhor focalização das despesas prioritárias; o fortalecimento da gestão da dívida; a eficiência do sector financeiro e a melhoria do ambiente de negócios e da competitividade.

O Sr. Min Zhu, Subdirector-Geral e Presidente em Exercício do Conselho de Administração do FMI, fez o seguinte pronunciamento ao concluírem-se as discussões sobre Moçambique:

“O desempenho económico e as perspectivas de Moçambique permanecem sólidos. Auxiliada pelas políticas macroeconómicas correctas, a economia demonstrou resistência à crise financeira mundial. O país está bem preparado para manter o crescimento económico vigoroso no médio prazo, como consequência do alargamento da produção no sector de recursos naturais.

Embora a inflação continue moderada, é preciso manter as pressões inflacionistas sob vigilância constante. As autoridades devem estar preparadas para adoptar políticas mais restritivas caso a inflação ultrapasse as projecções.

O Plano de Acção para Redução da Pobreza define uma estratégia de desenvolvimento ambiciosa que visa promover o crescimento inclusivo e melhorar os indicadores do desenvolvimento social. A sua ênfase na diversificação económica e criação de empregos é apropriada.

A estratégia de desenvolvimento das autoridades precisa de se adaptar ao aumento da contribuição da indústria extractiva para a economia, pelo que será importante continuar a modernizar a administração tributária e a gestão financeira pública. O aproveitamento da riqueza dos recursos naturais de Moçambique exigirá um nível elevado de gastos em infra-estruturas. Contudo, é fundamental que o ritmo do investimento público seja compatível com a capacidade de absorção e a sustentabilidade da dívida. Por conseguinte, recomenda-se que as autoridades reforcem a gestão da dívida a médio prazo, bem como a selecção e execução de projectos.

O sistema bancário demonstrou seu poder de resistência diante da crise financeira mundial. São de louvar as melhorias recentes no quadro de resolução de crises, na supervisão bancária e na legislação anti-branqueamento de capitais. Para o futuro, será importante garantir a aplicação rigorosa da nova Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro”.